

ARMANDO MALHEIRO DA SILVA
FERNANDA RIBEIRO

Recursos de Informação
Serviços e Utilizadores

2008

3. O paradigma custodial e tecnicista: do Estado-Nação ao Estado Cultural

[...]

Nas cinzas da II Guerra Mundial, ganhou alento e rumo, não apenas em França, mas à escala internacional, uma política de salvaguarda, fomento e difusão da cultura consagrada, em 1945, pela criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no seio da qual viria, por exemplo, a nascer, em 1950, o Conselho Internacional dos Arquivos¹, que agrega os Arquivos Nacionais de todos os continentes² ou o *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM)³. A UNESCO, da qual foi Director-Geral, entre 1962 e 1968, René Maheu, mentor da noção "humanismo de desenvolvimento"⁴, surgiu com a função de eliminar a ignorância e a incompreensão entre os povos, que são uma causa de antagonismo e de tensão, estimulando a educação popular e a fruição extensiva da cultura. Pierre Gerbert observa, porém, que *A ambição dos primeiros anos era de pôr fim à separação intelectual do mundo, ao procurar um denominador comum nas diferentes culturas. A Organização fez sua a Declaração Universal dos Direitos do Homem, mas experimentou algumas dificuldades em definir uma doutrina intelectual mínima indo mais longe que um acto de fé nos benefícios da instrução*⁵. Gerbert afirma até que a UNESCO aspirou a tornar-se no "Vaticano do pensamento racionalista", mas veio depois a concentrar-se em missões mais concretas e fecundas⁶.

A importância desta organização internacional para a assunção generalizada do papel cultural dos Estados⁷ e para a conveniência da uniformização de estratégias e medidas de preservação, descrição, comunicação e acesso a um vasto património cultural, com destaque para o que é gerido por instituições públicas, como são os Arquivos Nacionais, as Bibliotecas Nacionais e os Museus, não pode ser omitida. E a

¹ Ver: <http://www.ica.org/> (consulta em 26-12-2008).

² SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Ob. cit.*, p. 136-139.

³ Ver: <http://www.iccrom.org> (consulta em 26-12-2008).

⁴ MAHEU, René – *A Civilização do universal*. Pref. Julien Cain. Lisboa: Editora Ulisseia, [19--].

⁵ GERBERT, Pierre – *Introdução à política: as organizações internacionais*. Lisboa: Editora Arcádia, 1977, p. 140.

⁶ GERBERT, Pierre – *Ob. cit.*, p. 140-141.

⁷ A propósito da perspectiva sociológica sobre as diferentes modalidades de exercício do papel estatal e público, ver: LOPES, João Teixeira – *Escola, território e políticas culturais*. Porto: Campo das Letras, 2003. ISBN 972-610-738-5. p. 48-49.

par desta ampla estratégia internacional de apoio às políticas culturais dos diferentes países nas “sete partidas do Mundo”, não pode ser esquecido o esforço feito em estender a experiência obtida no campo cultural a serviços, considerados também sistemas de informação, de países em via de desenvolvimento económico, científico e tecnológico. Mais adiante voltaremos a este tópico e com ele ao *Manuel pour les systèmes et services d’information*, uma encomenda da UNESCO à norte-americana Pauline Atherton, da School of Information Studies, da Universidade de Siracusa (EUA)⁸, que ilustra muito bem a aposta, eminentemente tecnicista (herdeira do legado de Paul Otlet e Henri La Fontaine, belgas fundadores, em 1898, do Instituto Internacional de Bibliografia e autores da Classificação Decimal Universal – CDU), encetada a partir dos anos setenta do século XX, e com a qual visou, de maneira simples e concisa, reunir os conceitos e as práticas respeitantes à planificação e ao funcionamento dos sistemas e serviços de informação, sobretudo científica, as ações de informação no âmbito dos fluxos informacionais desde os produtores até aos utilizadores, e a necessidade de promover a cooperação nacional, regional e internacional desses mesmos sistemas e serviços.

O exemplo francês e o lastro “universalista” da UNESCO, entre outros modelos inspiradores, não foram estranhos à criação no início da década de oitenta, no Portugal democrático, saído da Revolução de 25 de Abril de 1974, do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), herdeiro do legado e da missão da atrás referida Inspeção das Bibliotecas e Arquivos. E, em Abril de 1975, surgiu, para perdurar nos anos seguintes, a Secretaria de Estado da Cultura e Educação Permanente (com alterações na designação) e, em 1981, a estrutura governativa passou a incluir o Ministério da Cultura, quase sem interrupções, embora volte, em 1985, a ser confinado ao nível de Secretaria de Estado e assim se manteve até 1995, ano em que tornou, de novo, a Ministério e permanece hoje em dia.

Convém salientar, ainda, que, sob a tutela da Secretaria de Estado/Ministério da Cultura, esteve sempre, e continua a estar, a gestão dos arquivos, bibliotecas e museus públicos.

Em Portugal, em Espanha, em França, no Brasil e em tantos outros países encontramos os instrumentos institucionais do Estado Cultural, que por muito consagrado e espalhado que esteja, não escapa a uma justificada crítica. Marc Fumaroli

⁸ ATHERTON, Pauline – *Manuel pour les systèmes et services d’information*. Réimpr. Paris: UNESCO, 1984. ISBN 92-3-201457-2.

formulou-a no panfleto *L'État culturel* (1992): denuncia aí o aspecto perturbador de que a ideia de política cultural pode remeter para os regimes totalitários, uma vez que vários dos seus defensores são marxistas, ou estão ligados a partidos comunistas, e chama a atenção para a existência, a partir de 1981, de uma "cultura oficial", meio de propaganda socialista. Porém, para Fragonard estas críticas, pelo menos a primeira, fora dos seus fundamentos ideológicos (crise do marxismo e retorno em força do liberalismo e da concepção elitista da cultura) são anacrónicas e não atacam o fundo do problema: *la culture est-elle un "service public" prenant en compte tout le champ culturel, y compris dans ses formes les moins "nobles", ou doit-elle rester un affaire privée, fondée sur le seul idéal de l'effort individuel?*⁹.

Gerado pelo Estado-Nação e, naturalmente, pela sua metamorfose em Estado Cultural é possível identificar um paradigma, entendido, aqui, como modo de ver e de fazer induzido, desde logo, pela formação, feita ao longo de anos e décadas, dos profissionais de Arquivo e, também, de Biblioteca e ainda, na vertente mais assumidamente tecnicista, dos Centros de Documentação Científica e Técnica. Referimo-nos ao paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista, que se projecta não apenas no desempenho profissional de arquivistas, bibliotecários e documentalistas, mas também no ensino teórico-prático das disciplinas de Arquivística, de Biblioteconomia e de Documentação. Os traços essenciais desse paradigma são:

- sobrevalorização da custódia ou guarda, conservação e restauro do suporte, como função basilar da actividade profissional de arquivistas e bibliotecários;
- identificação do serviço/missão custodial e público de Arquivo e de Biblioteca, com a preservação da cultura “erudita”, “letrada” ou “intelectualizada” (as artes, as letras e as ciências), em antinomia mais ou menos explícita, com a cultura popular, “de massas” e de entretenimento;
- ênfase da memória como fonte legitimadora do Estado-Nação e da cultura como reforço identitário do mesmo Estado e respectivo Povo, sob a égide de ideologias de viés nacionalista;
- importância crescente do acesso ao “conteúdo”, através de instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos e índices) dos

⁹ FRAGONARD, Michel – *Ob. cit.*, p. 294.

documentos e do aprofundamento dos modelos de classificação e indexação, derivados do importante legado tecnicista e normativo dos belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine, com impacto na área da documentação científica e técnica, possibilitando a multiplicação de Centros e Serviços de Documentação/Informação, menos vocacionados para a custódia e mais para a disseminação informacional;

- prevalência da divisão e assunção profissional decorrente da criação e desenvolvimento dos serviços/instituições Arquivo e Biblioteca, indutora de um arreigado e instintivo espírito corporativo que fomenta a confusão entre profissão e ciência (persiste a ideia equívoca de que as profissões de arquivista, de bibliotecário e de documentalista geram, naturalmente, disciplinas científicas autónomas como a Arquivística, a Bibliotecologia/Biblioteconomia ou a Documentação).

Traços que não esgotam a caracterização possível do modo de ver e de agir dos profissionais da documentação/informação apesar de confrontados, na actualidade, com alterações estruturais propiciadoras da emergência de um novo paradigma (pós-custodial, informacional e científico), que vem sendo preparado, há umas décadas, através do reforço da componente tecnicista do paradigma custodial e patrimonialista. Uma componente que se acentuou a partir dos anos sessenta com a generalização do legado de Otlet e La Fontaine e com a intensificação de políticas centradas na difusão da informação científica e tecnológica.

Para esta ênfase muito contribuiu, em 1963, o Relatório Weinberg (de seu nome completo Alvin M. Weinberg, director do Oak Ridge National Laboratory)¹⁰, surgido como reacção dos EUA ao lançamento do Sputnik pela URSS, no qual se concluiu haver uma circulação deficitária da informação científica, devendo ser o governo e a comunidade científica responsáveis pela sua transferência. Este documento influenciou o modo como, em vários países, se passou a encarar a área da informação científica. Na República Federal da Alemanha, entre 1974-1977, foi implementado o primeiro Programa de Informação e Documentação¹¹, e, em Portugal, Adelino Calado propôs, em

¹⁰ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. President's Science Advisory Committee – *Science, government and information : the responsibilities of the technical community and the Government in the transfer of information : a report*. Washington: Government Printing Office, 1963.

¹¹ CANISIUS, Peter – Para uma política de informação: a experiência da RFA. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. Lisboa. 2.ª Série. 3 (1984) 81-88; ABBEL, Robert – The

1967, influenciado pelos casos norte-americano e soviético, a criação de um Centro Nacional de Documentação¹². Mas, será preciso esperar por 1970, para que a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica publique um estudo, que contou com a colaboração de alguns documentalistas, no qual são definidos os parâmetros necessários para a instalação e desenvolvimento da Rede Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (RNICT), força motriz da política portuguesa de informação científica e técnica apostada em activar o progresso tecnológico, base indispensável ao progresso económico.

Nos anos setenta, a UNESCO impulsionou os serviços de informação através do lançamento dos programas UNISIST (*World Science Information System*), NATIS (*National Information System*) e PGI (*Programme Général d'Information*)¹³, desencadeando uma dinâmica de ideias, políticas e actividades inovadoras¹⁴, entre as quais se destacam três grandes conferências intergovernamentais – a UNISIST I (1971), a NATIS (1974) e a UNISIST II (1979), bem como a publicação intensiva de boletins, manuais, guias, actas e normas. Este vasto plano editorial é, aliás, bem ilustrado pelo atrás referido *Manuel pour les systèmes et services d'information* de Pauline Atherton, concebido e destinado a impulsionar a dimensão científica e técnica dos países em vias de desenvolvimento.

O termo sistema é claramente usado por esta autora, e na literatura produzida sob o patrocínio da UNESCO, como sinónimo de rede, e é interessante notar a perspectiva centralizadora, patente primeiramente no papel do Estado-Nação e, depois,

West German information policy: results of the first and plans for a second governmental programme. *ASLIB Proceedings*. Leiden. ISSN 0001-253X. 38:8 (1986) 249-256; e STROETMANN, Karl A.; SCHWUCHOW, Werner – Information policy in the Federal Republic of Germany: development, analysis, perspective. *Journal of Information Science*. London. ISSN 0165-5515. 18: 3 (1992) 161-170.

¹² CALADO, Adelino – Investigação e documentação a nível nacional. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. Lisboa. 4:4 (1967) 170-179. E em 1971 publicou um estudo descritivo sobre o sistema provincial de informação científico-técnica para a província de Angola (ver – CALADO, Adelino – Plano de um sistema provincial de informação científico-técnica. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. Lisboa. 8: 3 (1971) 121-143.

¹³ GRAY, John – *National information policies: problems and progress*. London: Mansell, 1988. ISBN 1-85739-155-1. p. 12-13.

¹⁴ ATHERTON, Pauline – *Ob. cit.* A par deste, outros documentos foram publicados, a saber: UNESCO – *Information policy objectives: UNISIST proposals*. Paris: UNESCO, 1974; KEREN, Carl – *Guidelines on the planning of national scientific and technological information systems*. Paris: UNESCO, 1975; D'OLIER, Jacques H.; DELMAS, Bruno F. – *Planning national information structures for documentation, libraries and archives: outline of a general policy*. Paris: UNESCO, 1975; ADAMS, Scott – *Information policy for development: national and international responsibilities*. Paris: UNESCO, 1976; TELL, Björn V. – *Design and planning of national information systems: a paper for government planners*. Paris: UNESCO, 1976; URQUHART, D. J. – *National information policy*. Paris: UNESCO, 1976; WESLEY-TANASKOVIC, Inês – *Principes directeurs relatifs aux politiques nationales de l'information : portée, formulation et mise en œuvre*. Paris: UNESCO, 1985.

no Estado Cultural, que conferiu aos Arquivos e às Bibliotecas Nacionais, os quais foram sendo colocados como vértice de uma pirâmide formada por arquivos e bibliotecas regionais e municipais, obedecendo a uma lógica verticalizadora. O mesmo esquema foi reproduzido na proposta “sistémica”, ou reticular, de Atherton e de outros, como Adelino Calado, que sugeriu a criação do Centro Nacional de Documentação – organismo de coordenação, através do qual o Estado Cultural, democrático e estimulador da actividade científico-tecnológica essencial ao progresso económico, possibilitaria a concentração dos recursos informacionais e a facilidade no seu acesso por todos os utilizadores interessados ou necessitados. Pauline Atherton e os colaboradores do manual sob sua direcção estavam em estreita sintonia com o Programa UNISIST, desenhado para a implementação de uma rede mundial de serviços de informação e fundado na cooperação voluntária dos “sistemas nacionais de informação” existentes e a criar. Os seus objectivos repartiam-se por oito alíneas:

- a) a coordenação dos esforços actuais, resultante da almejada cooperação, com um efeito catalisador dos progressos necessários em informação científica e técnica;
- b) a síntese das diversas filosofias, programas e políticas relativas à livre circulação da informação científica e técnica, a fim de estabilizar e de coordenar as tendências existentes que convocam a cooperação internacional para a comunicação da informação científica e técnica;
- c) a permuta dos produtos dos sistemas de informação, de um sistema para outro, organizando grupos de trabalho da UNISIST capazes de formular normas, regras e procedimentos comuns que sejam necessárias;
- d) o desenvolvimento e concentração de programas de conversão entre sistemas a fim de estabelecer uma conexão entre os que não sejam directamente compatíveis, visando-se, a longo prazo, uma compatibilidade completa entre todos os sistemas;
- e) o reforço das funções e melhoria das performances das componentes institucionais da cadeia ou ciclo de transferência da informação, tais como bibliotecas, centros de documentação, centros de

indexação e de resumos, centros de análise de informação e centros de dados numéricos (automatizados);

- f) a promoção da colecta, da avaliação crítica, da organização e da difusão de dados numéricos, o desenvolvimento de procedimentos gerais para o tratamento e avaliação de dados, o estudo das necessidades particulares dos engenheiros em recolha de dados e, ainda, a compilação de um repertório mundial e multidisciplinar dos centros de análise de informação existentes;
- g) a realização de programas correntes de assistência nacional e internacional para a educação e a formação no domínio da informação científica e técnica, em associação com outras instituições da Organização das Nações Unidas (ONU), com as organizações profissionais competentes, com as uniões científicas e com os organismos de financiamento; e
- h) a realização de projectos pilotos regionais para avaliar as abordagens mais eficazes tendo em vista religar os serviços de informação científica e técnica existentes nas diversas regiões em redes operacionais¹⁵.

O objectivo central deste e de outros manuais era, enfim, o de ajudar a montar, gerir, elencar organismos-chave (bibliotecas especializadas, centros de documentação, centros de orientação, centros de permuta, centros de informação e centros de análise de informação), a adquirir e tratar tecnicamente os documentos, a estudar as necessidades dos utilizadores e a consagrar a normalização para permitir o uso da informação e dos respectivos sistemas ou redes além fronteiras nacionais, regionais e institucionais, tudo isto num período em que a revolução informacional, como lhe chamou o sociólogo marxista Jean Lojkine¹⁶, já estava em marcha e não tardaria a surgir e a expandir-se a microinformática e a Internet. Tudo isto reflecte, em suma, uma contradição profunda e uma evidente crise do paradigma custodial e tecnicista: a guarda dos documentos e sua patrimonialização foi cedendo lugar à colecta, selecção e acesso às fontes necessárias, manifestando-se esta tendência quer no sector administrativo (corrente), quer, sobretudo, na indústria e nos grandes laboratórios científicos; e a par dos organismos

¹⁵ ATHERTON, Pauline – *Ob. cit.*, p. 39-40.

¹⁶ LOJKINE, Jean – *A Revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1999. ISBN 85-249-0554-9.

estatais de concentração documental e coordenação, perspectiva que os planos nacionais e internacionais das redes e serviços de informação marcados pelo UNISIST perfilham, volta a ganhar importância – e a expansão das TIC em curso foi decisiva para isso – a produção, a organização e o acesso/uso *in loco* com a constituição de memórias orgânicas de longa duração que servem, em primeira linha, as entidades produtoras e utilizadoras da sua própria informação.

Há, assim, um reforço da tendência natural do retorno ao longuíssimo período sincrético, evocado no início deste capítulo e que se estende da Antiguidade pré-clássica à Revolução Francesa, durante o qual cada pessoa ou entidade criava ou coligia e acumulava as suas fontes/recursos de informação para satisfazer as suas necessidades e cumprir os objectivos inerentes à sua actividade, por mais polifacetada que ela fosse.

4. A evolução do Estado Cultural e os desafios da *Era da Informação*

Não se perspectiva o fim do Estado Cultural, democrático, intervencionista e modelado pelo capitalismo financeiro e informacional, mas é cada vez mais evidente o impacto da *Era da Informação* ou *Era Digital*, pela realização de tarefas relacionadas com a informação *editando, reunindo, armazenando, consultando e disseminando os dados disponíveis, porquanto os dados processados são formas de informação simbólica*¹⁷. Um impacto que já chegou aos hábitos, às práticas e às instituições culturais herdadas da Modernidade e que surge na continuidade de uma longa linha em que outras técnicas e tecnologias produziram no ser humano e na sua vivência colectiva, efeitos directos e indeléveis: a escrita tornou possível, por exemplo, o contacto entre os seres humanos ao longo do tempo (as leis passadas a escrito têm aplicação por sucessivas gerações), como ao longo do espaço (a imprensa interliga cidadãos de uma mesma área geográfica e de uma mesma comunidade, podendo estender-se a outras latitudes). Põe-se, por isso, compreensivelmente, a questão de saber se a difusão das TIC pode provocar mudanças semelhantes. E não há dúvida, como sumariou David Lyon, que elas vêm contribuindo para o desmoronamento de barreiras entre as categorias clássicas da informação, bastando para tal notar que um mesmo meio electrónico pode transportar a voz, o vídeo, dados técnicos ou financeiros, imagens

¹⁷ LYON, David – *A Sociedade da informação: questões e ilusões*. Oeiras: Celta Editora, 1992. ISBN 0-7456-0369-6. p. 141.

fotográficas ou textos escritos, polivalência ou simultaneidade de funções que abate velhas distinções, nomeadamente no caso da “edição electrónica” em que os papéis de escritor, de editor e de impressor se fundem num só¹⁸. Alertando o mesmo autor para o aspecto de ser possível, subjacente às questões relacionadas com a produção de bens de consumo culturais e de representações do homem “à imagem do computador”, encontrar a vasta noção de “civilização”: *Se o Silicon Valley é efectivamente o novo “Crescente Fértil” apregoado pelos seus admiradores, quais serão as implicações de tal facto para a “civilização ocidental”? São grandes as diferenças de opinião a propósito dos contornos da paisagem cultural da “sociedade da informação”, variando entre as imagens de um mundo pacífico e mais humano e os cenários marcados pela conflitualidade, a despersonalização e a alienação*¹⁹. Para Lyon, a revolução informacional tem, em si, a par de esperançosas vantagens, um lado sombrio que não deve ser ignorado.

[...]

Rejeitando, também, o determinismo tecnológico, Manuel Castells empreendeu, graças à posição privilegiada na Universidade de Berkeley, em pleno *Silicon Valley*, um esforço analítico, apoiado em variadas e valiosas colaborações de vários pontos estratégicos do Mundo e plasmado na trilogia *A Era da Informação* (vol. 1 – *A Sociedade em rede*; vol. 2 – *O Poder da identidade*; e vol. 3 – *O Fim do milénio*) e em *A Galáxia Internet*. Começou, aliás, este seu gigantesco empreendimento, no capítulo 1 do primeiro volume, intitulado *A Revolução da Tecnologia da Informação*, com a linha cronológica de inovações tecnológicas anteriores e, sobretudo, posteriores a 1945 e centradas no binómio computador e rede de comunicação(ões), visível no quadro abaixo. Inovações especialmente orientadas *para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre a tecnologia, como foi o caso das revoluções tecnológicas anteriores*²⁰ – destacada característica do novo paradigma, o *paradigma da Tecnologia da Informação*²¹.

¹⁸ LYON, David – *Ob. cit.*, p. 141-142.

¹⁹ LYON, David – *Ob. cit.*, p. 155.

²⁰ CASTELLS, Manuel – *A Era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1 - A Sociedade em rede*. Lisboa: Serviço de Educação e Bolsas, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. ISBN 972-31-0984-0. p. 87.

²¹ Conceito explicado do seguinte modo: *O conceito de paradigma tecnológico, elaborado por Carlota Perez, Christopher Freeman e Giovanni Dosi, com a adaptação da análise clássica das revoluções científicas elaborada por Khun, ajuda a organizar a essência da transformação tecnológica actual à medida que ela interage com a economia e a sociedade. Em vez de apenas aperfeiçoar a definição de*

DATAS	DESCRIÇÃO DE ALGUNS FACTOS MARCANES DO PROCESSO TECNOLÓGICO AMPLO E COMPLEXO EM CURSO
1945	Vannevar Bush escreve o artigo <i>As we may think</i> em que concebe uma máquina capaz do armazenamento e transmissão à distância de estudos científicos. Considera-se a primeira definição teórica do que viria a ser mais tarde a Internet.
1946	O primeiro computador da história, o ENIAC, é concluído na Universidade da Pensilvânia, após três anos de trabalho. Ocupava uma área de 92 m ² .
1949	Claude Shannon e Warren Weaver editam em livro a sua <i>The Mathematical theory of communication</i> (Illinois: University of Illinois Press) com um extraordinário impacto não só no desenvolvimento das telecomunicações, como, também, nas concepções sobre informação enquanto redução de incerteza e unidade métrica da variedade, com recepção entusiástica nas Ciências Sociais (e na área profissional da Documentação e Informação), a par da máquina calculadora universal de Alain Turing, da Cibernética ou Ciência do Controlo de Norbert Wiener (1948) e da Teoria Geral dos Sistemas de Ludwig Bertalanffy (1968).
1962	Um investigador, Paul Baran, desenvolve o projecto de um sistema de comunicação em rede activo em caso de ataque nuclear. Avançou, assim, com os conceitos da futura Internet, embora a ideia fosse recusada pelo Pentágono.
1969	Criação da ARPANET. Às 10.30 do dia 29 de Outubro, computadores de quatro universidades norte-americanas são interconectados. Em 1971 a ARPANET ligava universidades da costa oeste a entidades da costa leste.
1971	Ray Tomlinson, da ARPANET, envia o primeiro e-mail. O texto (a informação) era <i>testing 1-2-3</i> . O endereço electrónico tal como o conhecemos hoje, incluindo a arroba ou @ permanece desde então.
1972	A ARPANET é apresentada a outros países, além dos EUA, e inicia-se uma rede internacional. A palavra Internet é inventada nesta altura, resultando da contracção <i>international networking</i> .
1975	Surge o primeiro computador pessoal – o Altair. Não possuía ainda teclado.
1978	A rainha Isabel II da Grã-Bretanha envia um <i>e-mail</i> .
1980	Um vírus paralisa parcialmente a ARPANET.
1991	A ARPANET chega ao fim e Tim Berners-Lee lança a <i>world wide web</i> , o protocolo que permitirá a massificação da Internet.

modo a incluir os processos sociais além da economia, penso que seria útil destacar os aspectos centrais do paradigma da tecnologia de informação para que sirvam de guia na nossa futura jornada pelos caminhos da transformação social. No conjunto, esses aspectos representam a base material da sociedade de informação (CASTELLS, Manuel – *Ob. cit.*, p. 86-87).

1993	Criada a primeira publicação digital, o <i>The Virtual Journal</i> , concebido e editado por um estudante da Universidade do Maine.
1995	Ano da explosão exponencial da <i>www</i> ou <i>world wide web</i> com o aparecimento de provedores ou fornecedores de acesso como a AOL e a CompuServe. Jerry Yang cria o Yahoo. E no site Hotwired.com surge o primeiro <i>banner</i> publicitário.
1996	Guerra dos <i>browsers</i> entre a Netscape e a Microsoft de Bill Gates. A CNN de Ted Turner instala-se na Internet.
1998	O <i>e-commerce</i> (comércio electrónico) começa a implementar-se. Larry Page e Sergey Brin criam o Google e um grupo de estudantes da Universidade de Aveiro cria o portal SAPO (Serviço de Apontadores Portugueses), inspirado pelo Yahoo.
2001	O Napster vem para a <i>www</i> , possibilitando a troca de ficheiros, sobretudo musicais, em grande escala, o que origina um mega-processo judicial nos EUA que culmina na obrigação de pagamento de indemnizações à indústria discográfica, apesar de muitos programas <i>peer-to-peer</i> terem seguido esse exemplo.
2002	Os <i>blogs</i> disseminam-se em Portugal. Surgem serviços de Internet para telemóveis 3G (UMTS). O Ministério da Cultura francês proíbe o uso da palavra <i>e-mail</i> pelos diversos organismos governamentais, adoptando a palavra <i>courriel</i> , num gesto político de extrema (e desesperada) defesa da francofonia.
2006	A Internet ganha mobilidade com as ligações 3G

Quadro 1 – Factos marcantes do processo tecnológico

(Fonte: Media & Televisão. *Diário de Notícias*. Lisboa. (29 Out. 2005) 45)

O incontornável contributo de Castells, permite-nos, desde já, sugerir uma periodização mais fina e não tão ampla ou porosa, englobada, em simultâneo, pelas designações que foram surgindo. Uma tal periodização, mais cara aos historiadores que aos sociólogos, convoca as noções operatórias de conjuntura e de estrutura ou longa duração²². E se considerarmos válida, embora a questão seja por demais complexa, a ideia de que a Modernidade entrou em crise letal na primeira metade do século XX, sucedendo-lhe um novo ciclo estrutural, convém, sem dúvida, perceber, com algum detalhe, a sua gestação dentro do processo histórico da segunda metade de novecentos. À Modernidade sucede, tendo em conta o debate surgido nos anos sessenta e setenta nos meios artísticos e literários ocidentais em torno do pós-modernismo, a Pós-Modernidade, noção cada vez mais extensiva, atingindo um sentido filosófico com o ensaio de Jean François Lyotard *La condition post-moderne*, e adaptável ao devir histórico concreto no fim do milénio, como salienta Michel Fragonard: *Dans une autre*

²² Ver: SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação...* (ob. cit.), p. 144 e 147.

*perspective, on a associé aussi le post-modernisme à l'entrée définitive dans l'ère post-industrielle (il y a peut-être plus qu'une coïncidence de termes) ou la consommation se porte de plus en plus, au moins dans les pays développés, vers des biens dont le valeur d'usage tend à s'effacer derrière le symbole – le signe social*²³.

Associar a *Pós-Modernidade* à *sociedade pós-industrial* de Daniel Bell ou à *Civilização do Terciário* de Jean Fourastié significa, também, estabelecer outras possíveis equivalências, nomeadamente com *Sociedade da Informação*, *Sociedade do Conhecimento*, *Sociedade em Rede* e, enfim, a *Era da Informação*, globalmente analisada por Castells.

Os conflitos mundiais, dos dois primeiros quartéis de novecentos, precipitaram a alteração estrutural, germinada várias décadas antes, em diversos planos (do político ao mental e artístico, passando pelo social e pelo económico) na Europa e no Novo Mundo. Nasceu, assim, um ciclo novo, continuador e oposto à Modernidade, que se estenderá possivelmente por mais de um século e para o qual a epígrafe *Era da Informação* nos parece ser a mais apropriada. Podemos, pois, afirmar que a *Era da Informação* nasceu com a conjuntura pós-industrial, na qual cabem muitos dos elementos constitutivos expostos por Fourastié e Bell, como ainda importa acrescentar a bipolaridade e o regime de “guerra fria” (que implodiu com o fim da URSS), a queda do “muro de Berlim”, a reunificação alemã e a dissolução do Pacto de Varsóvia, bem como do comunismo nos países da Europa de Leste. De 1989 em diante podemos postular, em termos genéricos, salvaguardando especificidades conjunturais para cada país e região, que uma nova conjuntura se forma, marcada por uma potência hegemónica – os Estados Unidos da América – convertida em “policia do Mundo”, pela emergência de ameaças ou riscos difíceis de combater e superar, como os acidentes nucleares (Chernobyl em 1986), a poluição do planeta (o “buraco de ozono”, a desmatção da Amazónia, o aquecimento global dramaticamente exposto no livro *Uma Verdade Inconveniente* e no correlativo documentário de Al Gore, etc.) e o terrorismo (que tem no atentado de 11 de Setembro de 2001 o alerta máximo para a sua existência e efeito reprodutivo), pela globalização económica e pela disseminação do dispositivo tecnológico – as TIC –, bem como do seu uso massificado e transversal a um número sempre crescente de sectores e de actividades. Alguns traços fortes de uma conjuntura em curso, a partir do “epicentro”

²³ FRAGONARD, Michel – *Ob. cit.*, p. 303.

Europa ocidental, América do Norte e Oceânia, para a qual nos parece ajustada a designação de *globalização* ou *sociedade em rede*, colhida em Castells.

A ênfase posta na emergência de redes, sustentadas tecnologicamente, e envolvendo múltiplos aspectos da interação social encontra na metáfora *galáxia Internet* uma réplica da celebrizada por Marshall McLuhan – a *galáxia Gutenberg*. Tal como esta, resultou aquela da invenção e da expansão de um recurso tecnológico, que Castells não hesita, também, em comparar com a rede eléctrica e o motor eléctrico²⁴, profundamente implicado na actividade intelectual, cultural, política e sócio-económica dos seres humanos. E parece-nos bastante verosímil que estejamos já a viver a culminância extensiva, ao nível planetário, do uso e da habituação quotidiana a um poderoso recurso técnico, novo na forma e na comunicação massiva potenciada, mas também continuador do legado tecnológico que remonta, pelo menos, ao telégrafo e sucedâneos até à televisão²⁵. Um recurso espantoso e fascinante a que não podemos, porém, associar e anunciar euforicamente um Mundo melhor, pois não faltam sombras e incertezas várias num futuro que é já aqui e agora... Há, até, quem, num registo também sociológico, fale em *sociedade de risco*, referindo-se ao tempo que estamos a viver e a sentir a cada dia²⁶. E daí o oportuníssimo alerta de Castells:

A Galáxia Internet é um novo ambiente de comunicação. Porque a comunicação constitui a essência da actividade humana, todas as áreas da actividade humana estão a ser modificadas pela penetrabilidade dos usos da Internet, como expus neste livro. Uma nova estrutura social, a sociedade em rede, está a estabelecer-se em todo o planeta, em formas diversas e com consequências bastante diferentes para a vida das pessoas, segundo a sua história, cultura e instituições. Tal como aconteceu com outras mudanças estruturais anteriores, esta transformação oferece tantas oportunidades como levanta desafios. A sua evolução futura é bastante incerta e está submetida às dinâmicas contraditórias que opõem o nosso lado obscuro às nossas fontes de esperança. Ou seja, à perene oposição entre, por um lado, as renovadas tentativas de dominação e exploração e, por outro, a defesa por parte das pessoas do seu direito a viver e procurar o sentido de vida²⁷.

No meio de tantas oportunidades e de não menos e incertos desafios, está a emergir um novo paradigma entre os profissionais da documentação/informação, um

²⁴ CASTELLS, Manuel – *A Galáxia Internet: reflexões sobre Internet, negócios e sociedade*. Lisboa: Serviço de Educação e Bolsas, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. ISBN 972-31-1065-2. p. 15.

²⁵ Sobre a especificidade, vantagens e inconvenientes deste medium ver: SARTORI, Giovanni – *Homo videns: televisão e pós-pensamento*. Bauru, SP : EDUSC, 2001. ISBN 85-7460-059-8. p. 11-48.

²⁶ Ver: BECK, Ulrich – *La Sociétés du risque: sur la voie d'une autre modernité*. Traduit de l'allemand par Laure Bernardi; préface de Bruno Latour. Paris: Éditions Flammarion, 2001. ISBN 2-0808-0058-2.

²⁷ CASTELLS, Manuel – *A Galáxia Internet... (ob. cit.)*, p. 317.

paradigma que afecta e afectará cada vez mais a sua formação e desta forma haverá profundas e duradouras consequências a vários níveis da sociedade. Está, pois, a ser forjado um novo modo de ver, de pensar e de estar, pós-custodial, informacional e científico, ao qual não podemos ser indiferentes e que passará a pautar não apenas o trabalho, mas também a pesquisa nesta nossa área. Vejamos os seus traços essenciais:

- valorização da informação enquanto fenómeno humano e social, sendo a materialização num qualquer suporte um epifenómeno;
- constatação do incessante e natural dinamismo informacional, oposto ao “imobilismo” documental, traduzindo-se aquele pelo trinómio criação-selecção natural *versus* acesso-uso, e o segundo, na antinomia efémero *versus* permanência;
- prioridade máxima dada ao acesso à informação, por todos em condições bem definidas e transparentes, pois só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação;
- imperativo de indagar, compreender e explicitar (conhecer) a informação social, através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes, em vez do universo rudimentar e fechado da prática empírica composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente “assépticos” ou neutrais de criação, classificação, ordenação e recuperação;
- alteração do actual quadro teórico-funcional da actividade disciplinar e profissional por uma postura diferente, sintonizada com o universo dinâmico das Ciências Sociais e empenhada na compreensão do social e do cultural, com óbvias implicações nos modelos formativos dos futuros profissionais da informação; e
- substituição da lógica instrumental, patente nas expressões “gestão de documentos” e “gestão da informação”, pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão, isto é, a informação social está implicada no processo de gestão de qualquer entidade ou organização e, assim sendo, as práticas informacionais decorrem e articulam-se com as concepções e práticas dos gestores e actores e com a estrutura e cultura organizacionais, devendo o cientista da informação, em vez de ou antes de

estabelecer regras operativas, compreender o sentido de tais práticas e apresentar dentro de certos modelos teóricos as soluções (retro ou) prospectivas mais adequadas.

Coincidentes com este novo paradigma, as políticas de informação têm vindo a adaptar-se, e terão de fazê-lo ainda mais, à nova Era e suas conjunturas. Desde logo, como observou L. J. Anthony, em 1981, o campo de intervenção dessas políticas tendeu a alargar-se para lá das fontes convencionais de informação, dos centros de documentação, das bibliotecas e dos arquivos públicos, porque, com a rápida evolução das TIC, está criado um clima no qual *an overall and wide-ranging national policy covering all aspects of information provision has become a matter of some urgency*²⁸. Mas esta dinâmica não é igual no Mundo todo e, na década de noventa, países periféricos em relação ao eixo do desenvolvimento capitalista continuaram a centrar a sua rede de informação em bibliotecas, arquivos e centros de documentação, considerando-a um elemento essencial para o progresso económico, social e político.

No entanto, cada vez mais se percebe que cada país, na actual Era da Informação, precisa de uma estratégia bem definida que permita relançar e ajustar à infra-estrutura tecnológica disponível as suas políticas de informação. A globalização do recurso TIC levou Nick Moore a considerar que os Estados apresentam uma grande semelhança no que respeita aos objectivos para as políticas de informação, embora os mecanismos empregues para os concretizar possam diferir bastante²⁹. Divergindo de Moore, Yan Quan Lui sublinhou a disparidade de políticas entre países como os Estados Unidos da América e a República Popular da China, dotados de sistemas políticos e culturais distintos. Não sendo possível negar esta evidência, nota-se, porém, uma tendência cada vez mais internacional, abraçando diferentes países, com diferentes regimes e dispersos pelas mais díspares latitudes, de fixar como objectivo prioritário a criação de uma infra-estrutura de telecomunicações eficiente na interconexão dos indivíduos e das organizações. Vislumbra-se, deste modo, a possibilidade de converter a

²⁸ ANTHONY, L. J. – A National information policy for the United Kingdom. *ASLIB Proceedings*. Bingley. ISSN 0001-253X. 33:3 (1981) 74.

²⁹ MOORE, Nick – *The International framework of information policies*. Taunton, UK: Acumen Research and Consultancy, 2004. Disponível em: http://www.acumenuk.co.uk/papers/the_international_framework_of_information_policies.php (consulta em 26-12-2008). Ver, ainda: MOORE, Nick – The British national information strategy. *Journal of Information Science*. London. ISSN 0165-5515. 24:5 (1998) 337-344; e MOORE, Nick – The Information policy agenda in East Asia. *Journal of Information Science*. London. ISSN 0165-5515. 23:2 (1997)139-147.

rede num serviço universal capaz de absorver e disponibilizar quantidades inimagináveis de informação digital. Outro objectivo, comum às políticas de um número crescente de países, respeita à promoção da competitividade e da produtividade industrial e comercial usando a informação como recurso essencial ao progresso global, perspectiva que, como vimos, foi formulada com ênfase nos anos sessenta e setenta do século XX. E, para além destes, outros objectivos podem ser detectados, seguindo as análises de Nick Moore. Mas, abreviando, pode dizer-se que na Era em curso a formulação de uma política globalizada de informação tem de atender a quatro princípios centrais e complementares: o acesso universal, o livre acesso às redes de informação, a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e o respeito pela diversidade cultural e linguística na criação de conteúdos³⁰.

Poderá o Estado Cultural em crise, segundo a radiografia prospectiva de Manuel Castells, e em transição, de acordo com o mesmo autor, para um Estado em rede modelado pelo *espírito do informacionalismo*³¹, poderá ele assumir uma política assente em tais princípios? Não é fácil encontrar uma resposta clara e afirmativa a esta pergunta, mas é possível perceber com absoluta nitidez que empresas como a Google, o mais famoso motor de busca a operar na Internet, jogam um papel cada vez mais decisivo, a par dos Governos e de outros organismos, na construção política da tão sonhada rede universal de informação, sendo, também, um facto, a crescente participação social através da *Web 2.0*, ou seja, cada cidadão vai-se apropriando dos conteúdos apondo as *tags* ou descritores mais ajustados às suas necessidades e lançando no “espaço de fluxos”, “ciberespaço” ou “infoesfera” os conteúdos que deseja partilhar com os demais, estejam onde estiverem.

A deslocalização da informação e o seu acesso simultâneo a partir de espaços e fusos horários diferentes têm um impacto directo no modo como os Recursos de Informação, Serviços e Utilizadores ainda tendem a ser encarados desde a Modernidade. A mudança em curso impressiona e abre novos caminhos e atitudes: para aceder ao fluxo informacional é indispensável uma infra-estrutura telemática, uma cada vez maior capacidade dos servidores distribuídos pelas sete partidas do Mundo e a info-inclusão de todos – ponto-chave e crítico, porque não bastam competências básicas de

³⁰ MOORE, Nick – Information policies in Asia. *International Institute of Asian Studies Newsletter*. Leiden. 8 (Spring 1996). Disponível em: <http://www.ias.nl/iasn/iasn8/general/informpo.html> (consulta em 26-12-2008).

³¹ CASTELLS, Manuel – *A Era da informação... (ob. cit.)* p. 259 e seg.; e CASTELLS, Manuel – *A Era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. II – O Poder da identidade*. Lisboa: Serviço de Educação e Bolsas, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. ISBN 972-31-1008-3. p. 293-376.

informática e a possibilidade de aceder gratuitamente a computadores para estar em condições pessoais de buscar, seleccionar, assimilar e usar com proveito próprio a informação disponibilizada.

Nos próximos capítulos procuraremos pôr em evidência, separadamente, os dois lados da equação central que aqui nos ocupa: de um lado os Serviços e como eles se estão a ajustar aos novos tempos e, do outro, os utilizadores e como eles se comportam e interagem com aqueles e seus fluidos sucedâneos digitais.